

## **Esfera Pública Hiperconectada Como *Lócus* de Interconexão Entre Governo e Cidadão. Uma análise da rede social do Presidente Jair Messias Bolsonaro<sup>1</sup>.**

Eva Márcia Arantes Ostrosky Ribeiro

Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO

Tiago Mainieri

Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO

### **Resumo**

A proposta do artigo é refletir se a rede social, a partir de mensagem postada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, *no Facebook e Twitter*, pode ser considerada um *lócus* de esfera pública hiperconectada, aproximando assim, em uma relação dialógica Governo e cidadão. Para isso, o estudo fundamenta-se em autores como Gomes, Habermas, Thompson, Mainieri, Braga, entre outros. A pesquisa, a partir de uma revisão bibliográfica, apresenta os principais aspectos teóricos e reflexões acerca dessa temática. Além dessa revisão, metodologicamente o artigo estrutura-se em torno da análise de conteúdo de mensagem em vídeo postada pelo presidente em sua rede social que gerou grande repercussão midiática.

### **Palavras-chave**

Esfera Pública Hiperconectada; Cidadania; Comunicação Pública, Bolsonaro.

A discussão em torno de uma esfera pública hiperconectada, em especial facultada pelas redes sociais digitais, é fundamental. Cada vez mais, os governantes de países democráticos utilizam as redes sociais para “dialogar” com os cidadãos. Nesse sentido, é crescente o interesse dos pesquisadores pelas possibilidades de interlocução, debate e diálogo proporcionadas pela internet.

Neste artigo, a proposta é contribuir para uma reflexão a partir da ideia de esfera pública hiperconectada e, apresentar um estudo exploratório apoiado na análise de conteúdo de mensagem em vídeo publicada pelo presidente Bolsonaro em suas redes sociais.

Tal mensagem, compartilhada pelo presidente, traz um vídeo cuja montagem identifica Bolsonaro como um leão sendo atacado por hienas que representam instituições, partidos políticos e alguns veículos de imprensa. A repercussão midiática e a reação de representantes

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Relações Públicas, Política e Sociedade, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

de instituições (como o Supremo Tribunal Federal- STF) questiona a utilização das redes sociais pelo presidente e a postura daquele que foi investido do principal cargo da república.

### **Cidadania e Esfera Pública- conceitos e reflexões**

Para a reflexão teórica desse estudo, teremos como base principal os autores Lemos e Lévy, Habermas, Gomes, Braga, Mainieri, Thompson, entre outros. Antes de realizar a reflexão acerca do tema essencial do trabalho- esfera pública hiperconectada- será feita uma abordagem sobre o conceito de cidadania e esfera pública habermasiana.

O conceito de cidadania é polissêmico e, por isso, não raro é abordado de diferentes modos por diversos autores. Uma recorrência interessante nessas abordagens está no fato de que muitos autores, antes de conceituar o que é cidadania, perguntam sobre o que é ser cidadão.

De acordo com Maria de Lourdes M. Covre, ser cidadão não é apenas ter direito a votar em eleições, mas “significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano” (COVRE, 1993, p. 9). Para enfatizar esse entendimento, a autora salienta que essa visão sobre ser cidadão advém da Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), escrita em 1948, que foi redigida com base nas Cartas de Direitos dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789).

Para a autora, a Carta de Direitos da ONU apresenta como proposta que os homens são todos iguais perante a lei e, por isso, não deve existir qualquer discriminação, como raça, sexo, etc. Além de salientar a prerrogativa de todos terem direitos à saúde, educação, lazer, entre outros fundamentais e básicos, é colocado que todas as pessoas devem ter o direito de decidir sobre aspectos relacionados ao seu corpo e à sua própria vida e, também, de obter condições de possuir um trabalho que lhes possibilite um salário para viver dignamente. A Carta ainda ressalta que todos devem poder expressar livremente sua opinião e fazer escolhas, como, por exemplo, se filiar a um partido, participar de movimentos sociais.

Assim, de acordo com os direitos apontados por esse documento, todo cidadão deve ter uma vida digna e participativa. Porém, mais do que ter esses direitos, para ser cidadão é importante também ter deveres. Nesse sentido, Covre (1993) ressalta que ter deveres significa, principalmente, ser responsável para viver em comunidade, respeitar os direitos dos outros, fazer valer seus direitos e praticar seus deveres.

Nildo Viana (2003), em Estado, democracia na cidadania, aponta que, com essa declaração, o cidadão passa a ser portador de determinados direitos e também deveres. Assim, a cidadania torna-se um reconhecimento ativo dessas prerrogativas e obrigações. Essa

perspectiva do homem busca abordar o indivíduo em todas as suas relações, não apenas na relação política, como na Grécia Antiga.

O cidadão deve cumprir as regras e normas impostas pelo Estado, assim como é importante também participar ativamente da vida em sociedade, por meio de decisões políticas, como das assembleias de bairros, movimentos sociais e pressionar os governantes a elaborar leis e ações que beneficiem a todos.

Segundo o pensamento de Jaime Pinsky, a “cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, 2008, p. 9).

Assim, percebemos que o homem não é um sujeito passivo nesse processo. Pelo contrário, muitos direitos foram conseguidos por suas lutas e reações em diferentes momentos sociais.

Diante desse entendimento abordado pelos autores, podemos entender a importância da comunicação no processo da cidadania. Após abordarem conceitos de cidadania apoiados em diferentes autores, Morais e Signates ressaltam que “sem comunicação não há cidadania”. (MORAIS, SIGNATES, 2016, p.25). Porém, a forma que será analisada a comunicação dependerá do contexto teórico do conceito de cidadania.

Seguindo esse pensamento, Mainieri e Romani (2016a) apontam a importância do advento da Internet no processo de construção da cidadania. Para os autores, essa nova mídia, por promover uma comunicação mais dialógica e plural, proporciona acesso mais facilitado do cidadão às informações e possibilita que o mesmo seja também produtor de conteúdo.

Afirmam os autores, “a internet tem possibilitado a ampliação significativa de forma de expressão da sociedade. Essa realidade tem relevado a capacidade de organização e mobilização dos cidadãos na criação de espaços de interlocução na própria internet”. (MAINIEIRI, ROMANI, 2016a, p. 171).

Essa reflexão mais aprofundada da Internet como *locus* de uma nova esfera pública é fundamental na atualidade. Desse modo, torna-se importante abordar o entendimento de esfera pública ao longo do tempo.

Para entendermos o conceito de “esfera pública”, apoiamos em Habermas (1984), que faz um estudo da *polis* grega e do modo como o cidadão se comporta na vida pública, buscando assim uma diferenciação da esfera pública e privada.

A esfera pública, nesses moldes, se caracteriza, então, por ser um encontro de cidadãos para discussão de assuntos de relevância pública. De acordo com o Habermas, “à esfera do

mercado chamamos de esfera privada; à esfera da família, como cerne da esfera privada, chamamos de esfera íntima” (HABERMAS, 1984, p. 73).

De acordo com Ana Paula Ferrari Lemos Barros<sup>2</sup>, “com o advento do Estado Absolutista e o desenvolvimento do capitalismo, a esfera pública burguesa se transformou em um ambiente de resistência à autoridade política estatal.” Assim, um dos temas de reivindicação e crítica da burguesia foi a esfera política. O fato é que, segundo a autora, desde o princípio, a ideia da esfera pública se baseava em racionalidade e argumentação.

Confirmando esse pensamento de racionalidade e argumentação da esfera pública, percebemos que eram discutidos assuntos de interesse público por meio de debates e críticas. As maiores críticas eram destinadas aos governantes, já que os burgueses detinham o poder financeiro, mas não o político.

Habermas (1984) enfatiza que os burgueses são pessoas privadas, e, assim, o alvo de suas críticas e reivindicações se faz contra a dominação vigente; ou seja, a forma de atuação do governo na sociedade.

A esfera pública burguesa busca discutir e refletir sobre interesses coletivos, porém as discussões eram restritas apenas aos cidadãos cultos e que detinham propriedade: os burgueses. Nesse sentido é que se encontram as maiores críticas da teoria habermasiana.

Para alguns autores, a esfera pública conceituada por Habermas tinha uma característica de exclusão. Para Thompson (2008) e Gomes (2004), Habermas pensa a esfera pública constituída por homens cultos, excluindo, desse modo, mulheres e pessoas não cultas, além de pessoas que não possuíam propriedades.

Habermas aborda a questão da mudança na estrutura da esfera pública e sustenta que, com o advento dos meios de comunicação de massa, o público não mais se encontra em lugares públicos para discutir e debater assuntos importantes e relevantes para determinada comunidade, pois o acesso às informações pode ser feito em qualquer esfera de suas vidas, principalmente na esfera privada, em sua intimidade. As pessoas, com o desenvolvimento da imprensa, não precisam mais se reunir em grupos para ter acesso à informação.

Nesse sentido, aliás, Habermas aponta a questão do público como consumidor de cultura, ao invés de crítico e pensador. Pois, de acordo com o autor, o público não discute mais assuntos relevantes; apenas recebe as notícias transmitidas pelos meios de comunicação.

A principal crítica levantada à teoria habermasiana de refeudalização da esfera pública, de acordo com Thompson, diz respeito à recepção dos conteúdos apresentados pela mídia. Para

---

<sup>2</sup> Acessado em: [www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/), no dia 02.10.2019

o autor, Habermas “tende a presumir que os receptores dos produtos da mídia são consumidores relativamente passivos que se deixam encantar pelo espetáculo e facilmente manipular pelas técnicas da mídia” (THOMPSON, 2008, p. 72). Ainda para o autor,

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de interação, novos tipos de visibilidade e novas redes de difusão de informação no mundo moderno, que alteraram o caráter simbólico da vida social tão profundamente que qualquer comparação entre política mediada de hoje e práticas teatrais das cortes feudais é, no mínimo, superficial. Mais do que comparar a arena das mediações deste século XX com eras passadas, precisamos repensar o significado do “caráter público” hoje, num mundo permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, onde os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar as pessoas e eventos sem sequer os encontrar no mesmo ambiente espaço-temporal. (THOMPSON, 2008, p.72)

Assim, baseados no pensamento de Thompson, quando recorremos ao conceito de esfera pública nos dias atuais, devemos levar em consideração o papel dos meios de comunicação.

### **Esfera pública e internet- surgimento de uma esfera pública hiperconectada.**

É importante ressaltar que o advento da Internet modifica a forma das pessoas se comunicarem, alterando profundamente o modelo tradicional de comunicação e também propicia o surgimento de uma nova esfera pública, conceituada por alguns autores como esfera pública hiperconectada, virtual.

Segundo o pensamento de Di Felice (2008), historicamente, a humanidade vivenciou três momentos importantes que trouxeram novas formas de comunicação e surgimento de novos meios de comunicação, resultando assim, em novas práticas de interação e socialização.

Para o autor, esses três momentos podem ser apontados com o aparecimento da escrita, da impressão e da cultura de massa. Di Felice afirma que,

A cada uma dessas revoluções, a introdução de novos meios determinou a possibilidade de alcançar um público cada vez maior em um período de tempo e a um custo cada vez menores. A introdução da escrita, o advento da imprensa, assim como a difusão das mensagens através do telefone, do rádio, do cinema e da TV, sucessivamente, passaram a possibilitar não apenas novas práticas comunicativas, mas também novas práticas sociais e novas formas de interação com a paisagem. (FELICE, 2008, p.22)

Ainda para o autor, o surgimento das tecnologias digitais, proporcionado pelo advento da Internet na contemporaneidade, constitui a quarta revolução que a humanidade estaria vivenciando. Essa revolução traz várias mudanças e transformações na sociedade, nas formas de interação e no processo comunicativo. Assim,

Pela primeira vez na história da humanidade, a comunicação se torna um processo de fluxo em que as velhas distinções entre emissor, meio e receptor se confundem e se trocam até estabelecer outras formas e outras dinâmicas de interação, impossíveis de serem representadas segundo os modelos dos paradigmas comunicativos tradicionais (Shannon- Weaver, Katz- Lazarsfeld, Eco- Fabri, etc.) (FELICE, 2008, p.23).

Para Gomes (2008) a Internet faz surgir uma esfera conversacional, que denomina de esfera pública virtual. Para o autor, o ambiente virtual apresenta vantagens para o debate crítico racional, já que se torna um ambiente de conversação e circulação de sentidos. Seguindo esse pensamento e confirmando as mudanças trazidas pela Internet, André Lemos e Pierre Levy apontam que,

Essa nova esfera pública digital não é recortada mais por territórios geográficos (os seus cortes relevantes correspondem antes às línguas, às culturas e aos centros de interesse), mas diretamente mundial. Os valores e os modos de ação trazidos pela nova esfera pública são a abertura, as relações entre pares e a colaboração. Enquanto as mídias de massa, desde a tipografia até a televisão, funcionavam a partir de um centro emissor para uma multiplicidade receptora na periferia, os novos meios de comunicação social interativos funcionam de muitos para muitos em um espaço descentralizado. Em vez de ser enquadrado pelas mídias (jornais, revistas, emissões de rádio ou de televisão), a nova comunicação pública é polarizada por pessoas que fornecem ao mesmo tempo, os conteúdos, a crítica, a filtragem e se organizam elas mesmas, em redes de troca e colaboração. (LEMOS, LÉVY, 2010, p.13).

Ainda para Gomes (2008), o primeiro requisito da esfera pública é a palavra, a comunicação. Outro requisito apontado pelo autor é a questão da racionalidade, ou seja, as discussões devem ser dotadas de sentido social, com base argumentativa, promovendo um diálogo permeando de relevância pública.

Completando esse pensamento, Lemos e Levy apontam que “o primeiro princípio da cibercultura<sup>3</sup> é a liberação da palavra. Este traz consequências para a constituição da opinião e da esfera públicas. Sem dúvida, a esfera da conversação mundial se ampliou. Ainda para os autores,

A transformação da esfera midiática pela liberação da palavra se dá com o surgimento de funções comunicativas pós-massivas que permitem a qualquer pessoa, e não apenas empresas de comunicação, consumir, produzir e distribuir informações sob qualquer formato em tempo real e para qualquer lugar do mundo sem ter de movimentar grandes volumes financeiros ou ter de pedir concessão a quem quer que seja. Isso retira das mídias de massa o monopólio na formação da opinião pública e da circulação de informação. Surgem novas mediações e novos agentes, criando tensões políticas que

---

<sup>3</sup> Lemos entende como cibercultura “conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição de informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social”. (LEMOS, 2010, p21)

atingem o centro da pólis em sua dimensão nacional e global. (LEMOS, LÉVY, 2010, p.25)

Para os autores, essa liberação da palavra faz emergir uma esfera de conexão e de conversação mundial. Sendo que a liberação da emissão da palavra não é apenas liberar a palavra no sentido individual, mas sim, uma produção que faz surgir um processo de circulação e conversação não vistos antes com as mídias tradicionais.

Diante dessa realidade, Gomes destaca que “espera-se que a comunicação de massa contemporânea (Internet)<sup>4</sup> alargue a esfera pública, intensifique a visibilidade e ao mesmo tempo em que preserve níveis pregnantes de debate público...”. (GOMES, 2008, p.18). Assim, podemos afirmar que a esfera pública hiperconectada pode proporcionar debate público, participação política e com isso, tornar-se um *locus* de conversação de assuntos de interesse público entre cidadão e Governo.

Entendemos por interesse público o que aponta Rousiley Maia,

Interesse público é um conceito de difícil definição. Refere-se ao “bem comum” ou ao “bem-estar de todos”. Perpassa a política e a natureza mesma do governo democrático. Ao passo que quase todos reivindicam que a política democrática deve favorecer o interesse público, não há consenso sobre o que constitui o interesse público. (MAIA, 2011, p. 260)

Mesmo sabendo das dificuldades em se buscar uma definição para interesse público, como apontado por Rousiley Maia (2011), neste estudo, vamos recorrer ao entendimento de que interesse público está associado ao interesse de muitos e, também, à busca de um bem-estar coletivo, algo que se contrapõe ao interesse individual.

Seguindo esse pensamento, Braga (2006) aponta que

Qualquer hipótese para a “esfera pública midiática” (isto é um debate social produtivo e aberto sobre questões de relevância para a sociedade através de processos midiáticos) tem que ser precedida pela efetiva existência de debate social produtivo e aberto sobre os processos midiáticos. Incluímos, portanto, como pré-condição para uma esfera pública midiática a necessidade de existência de um sistema de interações sociais sobre a mídia que comporte processos críticos pujantes e auto-reflexivos(BRAGA, 2006, p. 54 e 55)

Mainieri (2016) reafirma o pensamento de Braga e para o autor, “ao invés de considerarmos unicamente seus atributos técnicos e componentes tecnológicos, devemos apreciar o papel das mídias a partir das interações e circulação dos sentidos. Em uma análise, devemos considerar não apenas a circulação, mas a produção de sentidos na sociedade contemporânea”. (MAINIERI, 2016, p. 49)

---

<sup>4</sup> Grifo nosso.

Diante dessas reflexões, podemos entender que a existência da esfera pública hiperconectada, como *lócus* de conversação entre Governo e sociedade, deve fortalecer a produção e circulação de sentidos, além de ser um espaço de conversação social, amplo e aberto, pautados pelo interesse público. Vale salientar que com a Internet não ocorre o fim da mediação, “mas a criação de uma mediação coletiva diferente da mediação de um só editor ou de um veículo massivo.” (LEMOS e Lévy, 2010, p. 78)

Assim, esse novo espaço público, que surge com o advento da Internet, pode-se dizer, apoiado em Britto “virtualiza a presença, mas a compensa com a possibilidade de participação e de troca, de tornar comum ideias e propostas”. (BRITTO, 2006, p. 210).

Neste sentido, a Internet possibilita o surgimento de uma nova esfera pública e, segundo Gomes (2008), reunindo condições ideais para uma discussão pública mais extensa e efetiva. Ainda na visão do autor, “não há como negar que o advento do formato *web* da internet trouxe consigo enormes expectativas no que respeita a renovação das possibilidades de participação democrática” (GOMES, 2008, p. 303.)

Seguindo o pensamento de Gomes (2008), a Internet promove vantagens para a democracia, através da facilitação da participação política promovida pela nova mídia e suas características interativas, estimulando um debate e diálogo de via dupla, facilitando uma conversação e interação entre os sujeitos.

Assim, o autor apresenta sete blocos temáticos assinalando as vantagens da Internet para a democracia, e com isso, facilitando a participação do cidadão no processo político. Segundo o autor, são esses os setes pontos temáticos: 1. Superação dos limites de tempo e espaço par a participação política. 2. Extensão e qualidade do estoque de informação on-line. 3. Comodidade, conforto, conveniência e custo. 4. Facilidade e extensão de acesso. 5. Sem filtros nem controle. 6. Interatividade e interação. 7. Oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas.

Baseado no pensamento do autor e nas características da Internet, podemos afirmar que essa mídia pode contribuir muito com a participação política e também com a conversação entre Governo e cidadão, e além disso, entre cidadãos, que Gomes denomina como recepção horizontal.

Ademais, há naturalmente, que se admitir um padrão de interatividade horizontal, dos cidadãos entre si, que finda por coincidir com a já descrita ideia de discussão política. Esse tipo de interatividade horizontal, quando atinge um fluxo demograficamente importante de comunicação política, é capaz, por sua vez, de produzir enorme efeito sobre os outros campos e sistemas sociais- até mesmo sobre a política institucional. (GOMES, 2008, p.311)

Nesta perspectiva, Gomes entende o processo de participação política como troca ativa e recíproca entre a esfera civil e agentes da esfera política. Segundo o autor, a interação política, é nesse sentido, uma forma de incrementar o poder simbólico e material do público, como eleitor, mas também como sujeito constante de convicções, posições e vontade a respeito dos negócios públicos.

Além disso, se a interação é capaz, pelo menos em princípio, de levar os agentes políticos a alterar as suas posições política para melhor ajustá-las à disposição do público, é também, por consequência, capaz de produzir um efeito igualmente importante na cultura política, pois contribui, ao mesmo tempo, para recompor a sensação de efetividade política da esfera civil e para produzir o sentimento de que os agentes políticos devem responder à cidadania pelas suas decisões e pelas suas ações referentes aos negócios de interesse público. Leva, portanto, à formação de um cidadão mais cioso da sua força política e a uma classe política mais ciente das suas obrigações democráticas de prestação pública de contas.” (GOMES, 2008, p. 311)

Seguindo esse pensamento, Lemos e Lévy afirmam que o novo espaço público, mediado pela Internet, apresenta novas possibilidades para a democracia. Para os autores, “o ciberespaço permite uma liberdade de expressão e de comunicação em escala planetária absolutamente sem precedentes”. (LEMOS, LÉVY, 2010, p.52)

Ainda para os autores, “com o aporte das tecnologias digitais, as cidades podem aperfeiçoar a democracia local. As ágoras virtuais podem renovar as formas de deliberação e do debate político. O governo eletrônico pode tornar as administrações públicas mais transparentes para o cidadão”. (LEMOS, LÉVY, 2010, p.165)

Porém, deve-se reforçar que é importante também a vontade do cidadão em participar desses assuntos públicos e diálogo com o Governo. Segundo Maia “é preciso levar em consideração que para fortalecer a democracia, são necessárias não apenas estruturas comunicacionais eficientes, mas também, dever estar presentes a motivação correta, o interesse, e a disponibilidade dos próprios cidadãos para engajar-se em debate.” (MAIA, 2008, p. 278).

Neste sentido, ressalta-se que para a formação desse novo espaço público hiperconectado, deve haver participação política, debate racional-argumentativo, conversação social entre os atores, entre Governo e cidadão e entre cidadãos- cidadãos, além de ser um espaço de circulação e criação de sentidos, conforme apontamos em autores como Braga e Mainieri, seguindo também os pensamentos de Lemos e Lévy e Gomes, em relação a participação política e conversação social.

Diante desses aspectos, o presente artigo traz, a seguir, uma análise da mensagem postada pelo presidente Jair Bolsonaro, via *Facebook e Twitter*.

## **Estudo exploratório – mensagem compartilhada nas redes sociais de Jair Bolsonaro**

Esse estudo propõe uma análise da esfera pública hiperconectada enquanto um espaço para a interconexão entre Governo e cidadão que amplia as discussões e diálogo em torno de assuntos de relevância pública. Assim, pretende-se analisar se realmente a Internet promove um espaço de debate, argumentação e diálogos importantes no contexto da democracia.

Para tanto, são apresentados os resultados de um estudo exploratório, integrante de uma pesquisa de doutorado, cujo objeto consiste na rede social *Facebook* do presidente Jair Messias Bolsonaro, por meio de uma Análise de Conteúdo das mensagens postadas pelo presidente, em suas redes.

Como viés de experimentação desse estudo, foi analisado o vídeo postado pelo presidente (em seu *Facebook e Twitter*, no dia 28 de outubro de 2019) e, posteriormente, apagado devido a repercussão negativa. Foi realizada uma análise de conteúdo das mensagens publicadas no vídeo e também dos animais escolhidos para representar as instituições e o presidente. Assim, tivemos como orientação algumas questões principais: O que esses animais trazidos no vídeo representam de fato no reino animal? Qual a mensagem a ser transmitida? O vídeo aborda questões de interesse público? Entre outros questionamentos.

O presidente Jair Bolsonaro publicou um vídeo, nas suas redes sociais *Facebook e Twitter*, em que um leão, representando o próprio, é cercado por hienas. Os animais são identificados como diversas entidades e movimentos, entre eles o Supremo Tribunal Federal (STF), a Organização das Nações Unidas (ONU) e o PSL, seu partido anterior. Logo após a publicação, cerca de duas horas depois, o vídeo foi apagado da conta do presidente.

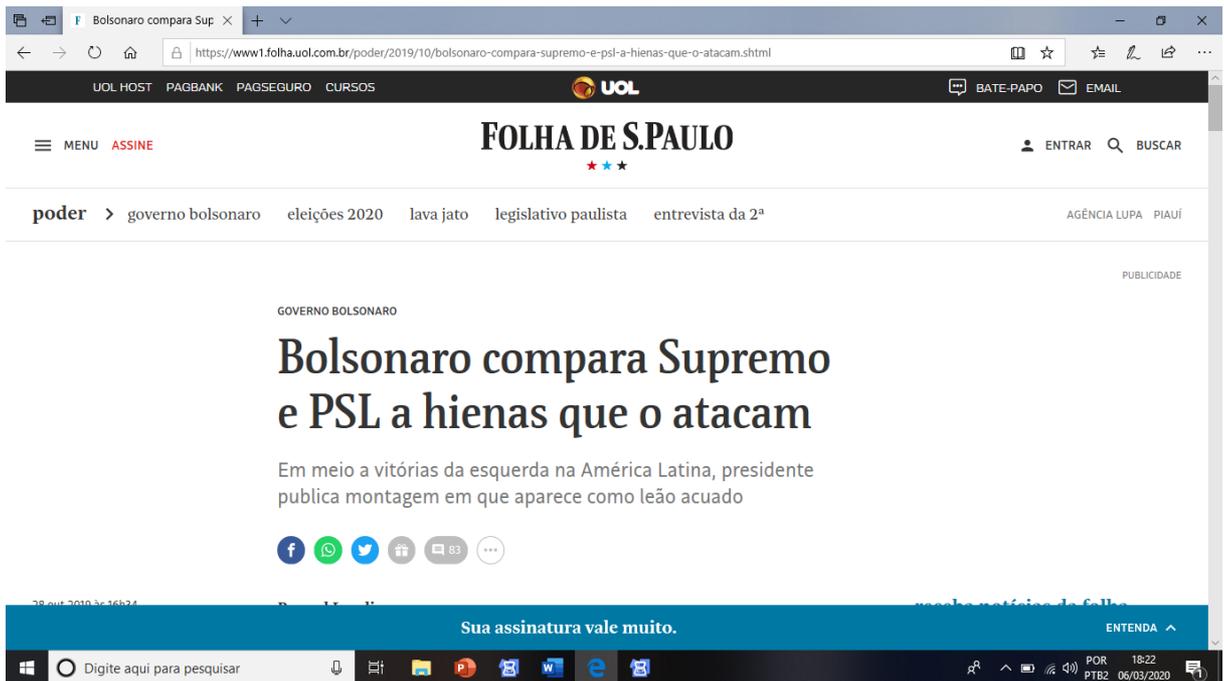
Na produção, o leão (presidente Bolsonaro, identificado no vídeo como Conservador Patriota) é ameaçado por partidos como o PT, PCdoB, PSOL, PDT e PSDB e veículos de comunicação como a TV Globo, os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e a revista Veja.

Também integram o bando que ronda o "presidente" entidades como o STF, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, além da organização-não governamental (ONG) ambientalista Greenpeace e dos movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Brasil Livre (MBL). Menos palpáveis, feminismo, "isentão" e a Lei Rouanet também são representados como hienas.

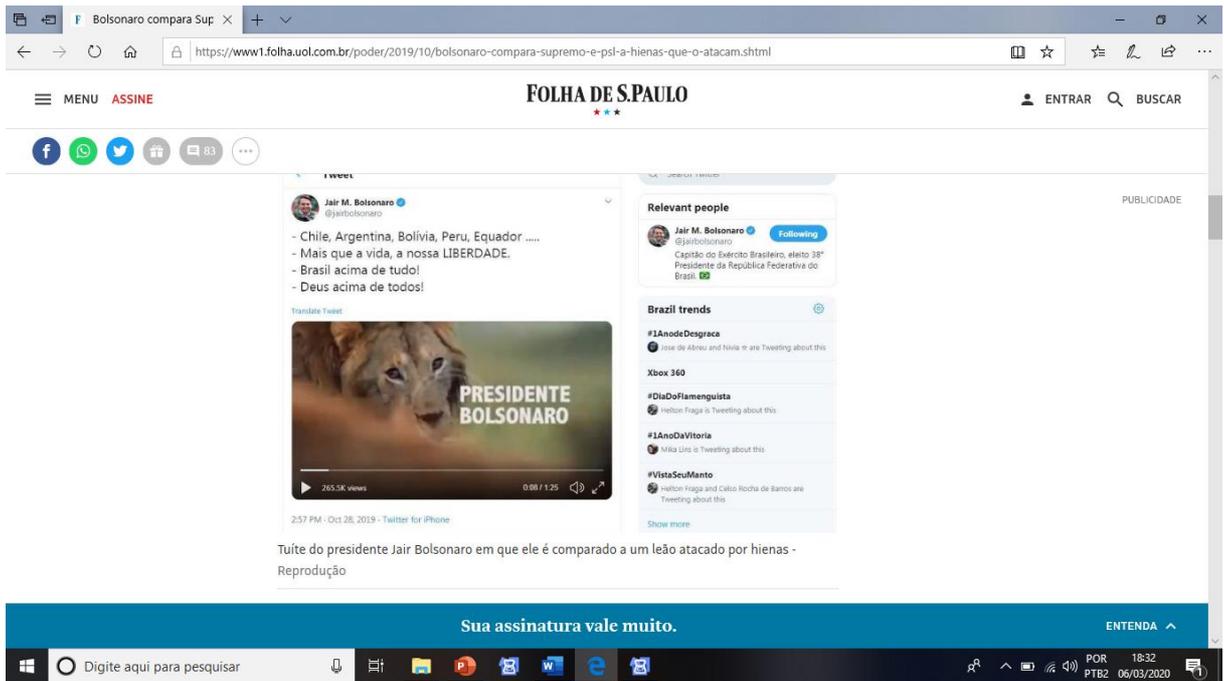
Ao fim do vídeo, o protagonista é salvo por um outro leão que surge no horizonte e depois o acaricia, o "patriota conservador". Enquanto as hienas fogem, surge na tela uma mensagem de apoio a Bolsonaro: "vamos apoiar o nosso presidente até o fim! E não atacá-lo!"

Já tem a oposição pra fazer isso!". Em seguida, uma bandeira do Brasil é projetada sobre uma foto do presidente no dia da sua posse. E concluiu com seu slogan de campanha, "Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!".

A escolha de analisar esse vídeo especificamente justifica-se pela relevância e repercussão que o mesmo teve na mídia e também com representantes das instituições que foram citadas, como o caso do STF. Podemos exemplificar a repercussão na mídia, como essa matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 28 de outubro de 2019, conforme imagens abaixo.<sup>5</sup>



<sup>5</sup> Para acessar a matéria completa, acessar: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-compara-supremo-e-psl-a-hienas-que-o-atacam.shtml>



The screenshot shows a web browser displaying a tweet on the Folha de S. Paulo website. The tweet is from Jair M. Bolsonaro (@jairbolsonaro) and features a video of a lion being attacked by hyenas. The video title is "PRESIDENTE BOLSONARO". The tweet text reads: "- Chile, Argentina, Bolívia, Peru, Equador ..... - Mais que a vida, a nossa LIBERDADE. - Brasil acima de tudo! - Deus acima de todos!". The tweet is dated October 28, 2019, at 2:57 PM. The website header includes "FOLHA DE S. PAULO" and "MENU ASSINE". The browser address bar shows the URL: "https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-compara-supremo-e-psi-a-hienas-que-o-atacam.shtml".

De acordo com a colunista Bela Megale<sup>6</sup>, do jornal O Globo e da revista Época, o presidente disse a assessores que foi pego de surpresa com o vídeo em que ele aparece como um leão acuado por hienas. O relato foi feito à coluna da Bela antes que o vídeo fosse deletado. A mensagem ficou cerca de duas horas no ar. Apesar de não ter afirmado que Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) foi o responsável pela publicação, 11 de 10 assessores do presidente a atribuem ao vereador, de acordo com a colunista.

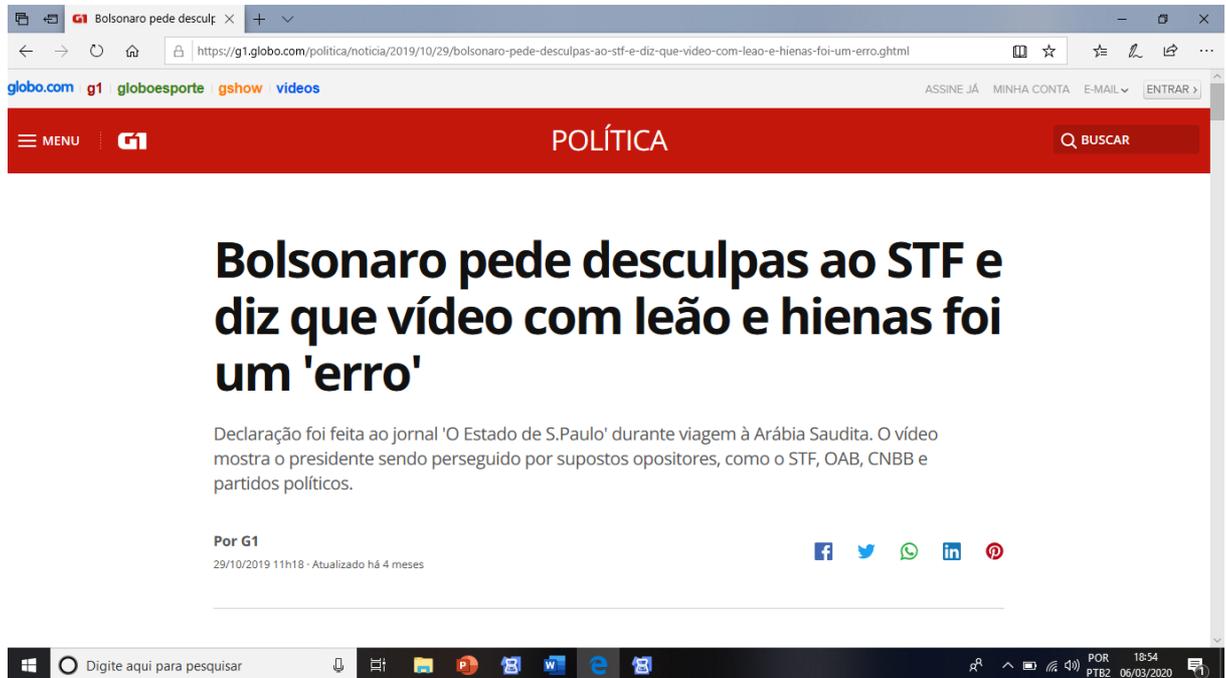
Mesmo tendo sido apagado o vídeo, pode-se entender que o mesmo remete o presidente como salvador do Brasil, herói e rei, porém solitário e ameaçado. Considerando a figura do leão, como animal, passa segurança, poder, sabedoria, e é considerado o rei da selva. Já a hiena está associada com má reputação, já que são animais que se alimentam com restos, cadáveres, podendo ser considerados como predadores oportunistas.

Após realizada uma busca no Facebook<sup>7</sup> do presidente, em postagens feitas no mesmo dia que a publicação do vídeo-mesmo sendo apagado e não estando mais na página- teve alguns comentários remetendo ao vídeo e a maioria de apoio “tenha força presidente”, “Deus acima de todos”, “ deus te abençoe”, “desse jeito assim mesmo, que o choro continue”. E alguns comentários negativos, “pode apagar, desmentir, mas aqui trabalhamos com print”, “as hienas são o desemprego, o leão é a população brasileira”.

<sup>6</sup> Acessado em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-video-no-twitter-bolsonaro-se-compara-leao-equipara-stf-hiena-prestes-ataca-lo-2404747>, no dia 18.02.2020

<sup>7</sup> Pesquisa realizada no dia 03 de dezembro de 2019.

Já no Twitter, a hashtag #hienasdetoga teve grande repercussão entre os usuários dessa mídia, sendo um dos assuntos mais comentados no dia que o vídeo foi publicado e mesmo depois de ser apagado. Conforme essa repercussão negativa, o presidente pede desculpas ao Supremo Tribunal Federal, conforme imagem abaixo.<sup>8</sup>



A partir da descrição apresentada, pode-se verificar que o conteúdo do vídeo postado não abordou assunto de relevância pública, mas tentou exaltar a figura do presidente e criar uma imagem que ele está sendo ameaçado por instituições brasileiras.

Outro ponto observado foi que os comentários postados pelos seguidores não continham respostas, debate e interações, ou seja, não ocorre um processo comunicativo dialógico, mas uma divulgação de opiniões individuais acerca do caso. Além de serem comentários baseados em opiniões pessoais de apoio/crítica ao presidente, revelando uma polarização de opiniões sem gerar nenhuma discussão pública e diálogo entre os seguidores.

Portanto, com base nos autores estudados, percebe-se que a base para a esfera pública é a racionalidade, assuntos com viés de interesse público e diálogo. No caso da mensagem analisada, ressaltando que são resultados ainda preliminares, não foram observadas essas características.

<sup>8</sup> Para acessar matéria completa, acessar: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/29/bolsonaro-pede-desculpas-ao-stf-e-diz-que-video-com-leao-e-hienas-foi-um-erro.ghtml>

## Á GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Assim, conclui-se, que o fato do presidente estar presente na rede social, de forma ativa em suas postagens, não é uma garantia de participação do cidadão no processo político democrático. Estar presente nessa mídia social pode proporcionar interatividade e interação entre Governo e cidadão, entretanto na postagem analisada não ocorre.

Dessa forma, e de acordo com Gomes (2008), entende-se que a Internet pode ser considerada um espaço facilitador de acesso do cidadão em assuntos políticos em um regime democrático, porém não basta apenas ser ativo nas redes sociais para assegurar a existência de uma esfera pública hiperconectada.

Por se tratar um estudo inicial, ainda não há resultados conclusivos. Destarte, o propósito foi explorar evidências preliminares, a partir da referida análise de conteúdo, apontando caminhos para posteriores análises resultantes da pesquisa de doutorado.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta a sua mídia**: dispositivos sociais da crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRITTO, Rovilson Robbi, Sociedade, novas tecnologias de comunicação e a possibilidade de articulação de espaços públicos de debate e embate. IN: SOUSA, Mauro Wilton. **Recepção Mediática e espaço público**: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.

DI FELICE, Massimo (organizador). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.

MAIA, Rousiley C.M. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. IN: GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

\_\_\_\_\_. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

MAINIEIRI, Tiago. **Um peso, duas medidas: desvelando a comunicação pública na sociedade midiaticizada**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

MAINIERI, Tiago. ROMANI, Douglas. Comunicação, internet e contra-hegemonia: o interesse público na sociedade midiaticizada. IN: SIGNATES, Luiz, MORAES, Ângela (org). **Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016a

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org). **História da cidadania**. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SIGNATES, Luiz, MORAES, Ângela (org). **Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

SIGNATES, Luiz, MORAES, Ângela. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. IN: SIGNATES, Luiz, MORAES, Ângela (org). **Cidadania Comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIANA, Nildo. **Estado, democracia na cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

#### REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos. A importância do conceito da esfera pública de Habermas para a análise da imprensa – uma revisão do tema. Disponível em: [www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/), acessado no dia 02/10/2019.

CAMARGO, Brigido Vizeu, JUSTO, Ana Maria. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>. Acessado em: 04.10.2019.